

TRILHAS DA JUSTIÇA REPRODUTIVA

Este é o material pedagógico "Trilhas da justiça reprodutiva" elaborado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia com o objetivo de contribuir para fortalecer o campo feminista na luta por justiça reprodutiva. Nosso desejo é que esse material seja usado por coletivos nos bairros, pelos diversos movimentos sociais, por profissionais de saúde, da assistência social, da educação etc. para promover debates entre pessoas que estejam ou não familiarizadas com o tema.

Tomamos como base a justiça reprodutiva por ser um conceito capaz de unir as lutas por justiça social e por direitos sexuais e reprodutivos. Ele é uma elaboração do feminismo negro que parte da crítica à maneira como a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos é feita em alguns países e em alguns setores do movimento feminista, desconsiderando as desigualdades de raça, sexualidade, classe social, etc. Pois, estruturas de opressão, como o racismo, o capitalismo e o patriarcado, interseccionadas, constroem condições desiguais e injustas, sob as quais, diferentes pessoas têm possibilidades de escolha desiguais sobre suas vidas e sua reprodução. Assim, esta luta supõe que a autodeterminação sexual e reprodutiva só poderá existir com o fim de todas as formas de desigualdades e injustiças sociais.

Em outras palavras, a luta por direitos sexuais e reprodutivos não pode ser feita de forma isolada dos aspectos sociais, econômicos e políticos que determinam as vidas das mulheres e pessoas que gestam. Esta ideia está diretamente ligada a uma compreensão feminista da democracia e envolve a atenção integral e humanizada à saúde, a garantia de vagas em creches e escolas públicas, políticas de distribuição de renda, direitos trabalhistas e previdenciários, e envolve também a legalização do aborto, pois com sua criminalização, nossa vida sexual e reprodutiva é afetada por injustiças sociais de gênero, raça, classe.

Para tratar desse conjunto de questões, começamos nosso percurso contando duas histórias que se tangenciam: a história de Solange e Maria de Fátima. Uma delas engravidou por conta de uma violência e tem que peregrinar entre os serviços públicos até conseguir acessar seu direito ao aborto legal. A outra realiza seu desejo de engravidar, mas ao passar por um aborto espontâneo sofre com os impactos da criminalização do aborto. Ao trilhar junto com as personagens seus caminhos, procuramos sensibilizar as pessoas e desvelar diferentes faces da criminalização. Principalmente, procuramos demonstrar a importância do Estado na materialização dos nossos direitos através de políticas públicas que constituam um cenário de justiça reprodutiva para as mulheres, crianças e pessoas que gestam.

Mas não paramos por aí. Também apresentamos argumentos feministas em defesa da legalização do aborto, pois entendemos que no cenário atual do mundo, é preciso não somente defender o que já existe (e que está sob permanente ameaça), mas avançar na construção de um projeto político radical de luta por justiça social que nos permita imaginar futuros feministas com liberdade e autonomia para decidir sobre nossos corpos e nossas vidas.

SAIBA MAIS SOBRE AS TRILHAS DA JUSTIÇA REPRODUTIVA AQUI:



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

ELABORAÇÃO
Maria Betânia Ávila, Natália Cordeiro, Talita Rodrigues e Lara Buitron

ILUSTRAÇÕES
Luiza Morgado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Laura Morgado

GRÁFICA
Provisual



TRILHAS DA JUSTIÇA REPRODUTIVA

1 SOLANGE: TÁ TUDO BEM CONTIGO?
SABE O QUE É, PROFESSORA? MINHA MENSTRUAÇÃO ESTÁ ATRASADA E TEVE UMA VEZ QUE AFONSO TIROU A CAMISINHA SEM EU PERCEBER. ESTOU PREOCUPADA.

ENTENDE, SOLANGE, É IMPORTANTE VOCÊ FAZER UM TESTE DE GRAVIDEZ... VOCÊ SABE QUE TIRAR A CAMISINHA DURANTE O SEXO SEM O SEU CONSENTIMENTO É UMA FORMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL?

QUE NOTICIA MARAVILHOSA, MARIA DE FÁTIMA! FILHO É UMA BÊNÇÃO MESMO.

OL, DOUTORA. BOA TARDE! VIM FAZER MINHA PRIMEIRA CONSULTA DO PRÉ-NATAL.

OLÉ, ESTOU GRAVIDA, MAS NÃO QUERO TER. NÃO FOI 1990 QUE PLANEJEI PRA MIM. PESQUEI NA INTERNET SOBRE CRIAS, MAS TÔ COM MEDO.

AMIGA, ACHO QUE VOCÊ NÃO PRECISA TOMAR CÁL. ENTÃO, EU ESTAVA NO ONIBUS E PASSEI POR UMA MANIFESTAÇÃO DAS FEMINISTAS.

ELAS ESTAVAM FALANDO QUE NO BRASIL, O ABORTO É PERMITIDO EM TRÊS CASOS: QUANDO A GRAVIDEZ ACONTECE POR CAUSA DE VIOLÊNCIA, QUANDO COLOCA A VIDA DA GESTANTE EM RISCO E QUANDO O FETO É ANENCÉFALO. ENTÃO ACHO QUE VOCÊ PODE IR NO MÉDICO PRA FAZER UM ABORTO.

CÉSAR, EU TÔ TÃO FELIZ, AMOR! FINALMENTE DEU POSITIVO. A GENTE VAI TER UM BEBÊ!
VOCÊ MARCAR AMANHÃ A PRIMEIRA CONSULTA DE PRÉ-NATAL NO POSTINHO.

MARIA DE FÁTIMA, ACHO QUE VOCÊ PRECISA IR AO MÉDICO!
CÉSAR, NÃO TÔ ME SENTINDO MUITO BEM.

NÃO POSSO AGORA, O BEBENTE TÁ NO MEU PEIÇOTE. MAS ASSIM QUE LAGAR EU VOU...
TÁ CERTO, AMOR. ME DÁ NOTÍCIAS, TÊ AMO.
DOU SIM, TÊ AMO TAMBÉM.

VOCÊ QUERIA MESMO ESSA CRIANÇA OU FEZ ALGUMA COISA PRA NÃO TER 1990 TÁ COM CARA DE QUE VOCÊ PRODUZIU...
COMO ASSIM, DOUTOR?
PELO QUE EU TÔ VENDO AQUI O CORAÇÃO JÁ NÃO TÁ MAIS BATEENDO.

EU NÃO TÔ ENTENDENDO O QUE O SENHOR TÁ FALANDO... EU PERDI MEU FILHO?

OL, MOÇA BOM DIA. MEU NAMORADO TIROU A CAMISINHA DURANTE O SEXO SEM EU SABER E ENGRAVIDEI...
NIM... ENTÃO VAMOS MARCAR O SEU PRÉ-NATAL?
MAS... ESCUTE, SOLANGE, FILHO É BÊNÇÃO NAS NOSSAS VIDAS. VOCÊ VAI VER, VAI FICAR TUDO BEM.

OL, QUERIDA, BOA TARDE! REALMENTE, ESSA É UM CASO DE VIOLÊNCIA SEXUAL E VOCÊ TEM DIREITO DE ACESSAR O ABORTO LEGAL. MAS VOCÊ PRECISA SER ATENDIDA PELO MÉDICO E ELE NÃO VEIO HOJE. VAMOS FAZER A MARCAÇÃO DA SUA VISITA?

OL, BOA TARDE... EU TÔ PRECISANDO DE UMA AJUDA. MEU NAMORADO TIROU A CAMISINHA DURANTE O SEXO SEM EU SABER E EU ENGRAVIDEI... MINHA PROFESSORA DISSSE QUE 1990 É VIOLÊNCIA.

OL, BOA TARDE... EU TÔ TENTANDO FICAR BEM... MAS O ATENDIMENTO NO HOSPITAL FOI MUITO RUIM. EU ANDA NÃO ENTENDE DIREITO O QUE ACONTECEU, MAS ME SENTI MUITO MAL-TRATADA.

MEU PEIÇOTE, 1990 É REVOLUCIONANTE! NINGUÉM MERECIA PASSAR PELO QUE EU PASSEI. FOI UMA TORTURA.

AMIGA, É PORQUE ELAS TRATAM MAL MESMO AS MULHERES QUE ELAS AGIAM QUE PROVOCARAM UM ABORTO E FOI 1990 QUE ELAS FIZERAM COM VOCÊ.

OL, BOM DIA... EU SOFRI UMA VIOLÊNCIA SEXUAL. MEU NAMORADO TIROU A CAMISINHA DURANTE O SEXO E VIOLÊNCIA?
NEM PRECISA TERMINAR A HISTÓRIA, SO ME DIZIA UMA COISA DESDE QUANDO TIROU A CAMISINHA DURANTE O SEXO E VIOLÊNCIA?
EU CONSIGO MEUS DIREITOS, DOUTOR. MINHA PROFESSORA E A ASSISTENTE SOCIAL, ME DISSERAM QUE ESSA É SIM UMA FORMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL E QUE EU TENHO DIREITO AO ABORTO LEGAL...
NIM... NA RESERVA COM A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL VAMOS DISCUTIR SEU CASO.

EU TÔ AQUI FAZ UM TEMPO, TÔ SANGRANDO, MORRENDO DE DOR. NINGUÉM VEIO FALAR. CONSIGO, NÃO ME DIERAM COMIDA NEM ÁGUA. PELO AMOR DE DEUS, O QUE TÁ ACONTECENDO? ME AJUDA, POR FAVOR.

OLÉ, O MÉDICO FOI, EMBORA FAZ TEMPO E NÃO FALOU NADA DE VOCÊ. MAS FICA TRANQUILA, VOU VER AQUI...



MAPA DE ARGUMENTOS FEMINISTAS

Todas as mulheres e pessoas que gestam têm direito a um pré-natal de qualidade, a parir e abortar sem violências e livres do racismo institucional. Por isso, é obrigação do Estado enfrentar as precárias condições de saúde e garantir acesso de qualidade para todas as mulheres e pessoas que gestam, diminuindo as mortes na gravidez, parto e puerpério. Também é preciso enfrentar o poder médico que, muitas vezes, faz intervenções desnecessárias, como demonstra a epidemia de cesarianas que vivemos no país. Por isso, é necessário o fortalecimento do SUS democrático e popular que tenha o compromisso ético e político com a garantia do cuidado das mulheres, crianças e pessoas que gestam ao longo de suas vidas, pois, seja no parto ou no aborto, precisamos ser acolhidas, cuidadas e tratadas como sujeitos de direitos.

NO PARTO OU NO ABORTO, HUMANIZAÇÃO SEMPRE!

Foram os movimentos feministas que pautaram o aborto na agenda política como direito de mais da metade da população, não sendo, portanto, uma mera questão "moral" ou de "costumes". Esta é uma luta histórica do feminismo, que foi protagonizada pelas mulheres a partir das suas experiências. No entanto, nas últimas décadas, outras pessoas que gestam se juntaram a esta luta como as pessoas não binárias, homens trans, boycetas e transmasculinidades de modo geral, pois são pessoas com condições biológicas de gestar, parir e abortar. Essa luta também diz respeito às crianças que são as principais vítimas de violência sexual. Ao dizermos "é pela vida das mulheres, crianças e pessoas que gestam", nos contrapomos à hipocrisia dos discursos fundamentalistas que se dizem "pró-vida", mas que, ao mesmo tempo em que criminalizam as mulheres, não garantem condições dignas de vida para quem nasce. Dizemos ainda que estas vidas importam para nós e para a sociedade.

PELA VIDA DAS MULHERES, CRIANÇAS E PESSOAS QUE GESTAM

O direito ao aborto é um direito fundamental para a emancipação das mulheres que implica a sua liberdade e a luta pela igualdade. Uma gravidez indesejada que leva à decisão de fazer um aborto ilegal e clandestino fere a possibilidade de autodeterminação reprodutiva, impondo um limite para o exercício da liberdade humana. Para as mulheres e pessoas que gestam, recusar a gravidez indesejada é dizer não à ordem socialmente construída e injusta desse mundo, que controla e explora os nossos corpos, sexualidade e reprodução. O conflito em torno da legalização do aborto também atinge uma dimensão fundamental da democracia que é a concepção de Estado laico, desvinculado de uma ordem religiosa. Nós, feministas, defendemos uma democracia, que seja antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, na esfera política e no cotidiano, no mundo e em nossas vidas. Defender o direito ao aborto para todas as mulheres, crianças e pessoas que gestam significa defender a democracia.

LEGALIZAÇÃO DO ABORTO COMO QUESTÃO DEMOCRÁTICA

A gravidez indesejada é uma angústia que afeta profundamente quem passa por esta experiência, sendo fonte de muito sofrimento. Quando uma mulher, menina ou pessoa que gesta é obrigada a manter uma gravidez indesejada, esse processo se torna uma tortura imposta pela ordem patriarcal. É bom pensar criticamente a relação entre os sofrimentos impostos às mulheres e as leis criadas majoritariamente por homens, brancos, heterossexuais e ricos. A tortura é uma prática cruel que tem como propósito humilhar, punir, dominar, levar ao sofrimento extremo, levar ao limite da vida com a morte – e, muitas vezes, à morte – para impor sobre outras, outros e outras o poder que nega a liberdade de ser no mundo como sujeito. A gravidez indesejada mantida como imposição é tanto uma fonte, como uma prática de tortura, intensamente combatida pelo movimento feminista em sua luta em defesa dos direitos humanos.

GRAVIDEZ FORÇADA É TORTURA

Defender a legalização do aborto significa defender o direito à justiça e à autodeterminação reprodutiva das mulheres, crianças e pessoas que gestam. Significa poder decidir sobre nossos corpos e vidas e enfrentar as desigualdades de raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, território, idade, etc. Não basta que o aborto não seja crime, é necessário que ele seja um direito garantido pelo Estado e implementado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para quem assim o desejar. Assim como no caso das drogas, a proibição não leva à redução da prática ou do uso, mas fortalece mercados ilegais e impede ações de redução de danos, gerando mortes e punições. Nos países onde o aborto é legalizado, há redução da taxa de procedimentos inseguros e as políticas de planejamento reprodutivo passam a ser mais eficientes, reduzindo também os números de mortes no ciclo gravídico-puerperal, pois o aborto é uma das cinco principais causas de morte materna no mundo¹.

ABORTO LIVRE, SEGURO E GRATUITO

A maternidade não é desejo de todas as mulheres e não pode ser obrigação só pelo fato de sermos mulheres. Lutamos pelo direito das mulheres terem liberdade e autonomia para decidir sobre seus corpos, caminhos e projetos de vida. Entretanto, quando desejada, a maternidade precisa ser garantida para todas as mulheres e pessoas com possibilidade de gestar como direito reprodutivo e como direito humano. No Brasil, mulheres negras e pobres foram esterilizadas compulsoriamente nas décadas de 1980 e 1990 como forma não declarada de, supostamente, diminuir a pobreza. Ainda hoje, são elas as que mais sofrem violência obstétrica ou morrem na gravidez, parto ou aborto, sendo ainda maioria entre aquelas que têm seus filhos assassinados pela polícia, pela milícia e pelo tráfico. É preciso garantir justiça reprodutiva para que todas as pessoas que desejam tenham condições de gestar, parir e criar seus filhos em segurança e com projetos de futuro.

ABORTO COMO DIMENSÃO DA VIDA REPRODUTIVA DAS MULHERES E PESSOAS QUE GESTAM

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA DECIDIR, CONTRACEPÇÃO PARA NÃO ENGRAVIDAR E ABORTO LEGAL PARA QUEM DESEJAR

A educação sexual é um direito sexual e reprodutivo de todas as pessoas e deve garantir informações seguras para guiar escolhas conscientes, planejadas e livres de violências. Esta é uma responsabilidade do Estado, através das escolas e dos serviços de saúde e também deveria ser exercida pelas famílias, através do diálogo, acolhimento e orientação. Acessar métodos contraceptivos seguros para evitar gravidezes indesejadas também é nosso direito e, portanto, deve ser assegurado pelo poder público. Mas tanto as falhas do Estado, quanto discursos moralistas e fundamentalistas têm dificultado o acesso dos/as adolescentes, jovens e adultos/as às informações seguras e aos métodos contraceptivos. Sabemos também que todos os métodos contraceptivos podem falhar e que muitas pessoas engravidam em decorrência de violências sexuais, em sua maioria praticadas por pessoas próximas. Por isso, defendemos a legalização do aborto para todas as pessoas que desejarem, de forma que possam exercer sua autodeterminação reprodutiva.

A CRIMINALIZAÇÃO MATA, ENCARCERA E HUMILHA

A criminalização do aborto não impede que ele aconteça: no Brasil, uma em cada 7 mulheres até os 40 anos já fez um aborto². Na prática, a proibição gera abortos em situações inseguras, colocando a vida de mulheres, crianças e pessoas que gestam em risco. Os estigmas e preconceitos gerados pela criminalização também dificultam o acesso de pessoas em situação de abortamento espontâneo e que têm direito ao aborto previsto em lei nos serviços de saúde. A proibição ainda coloca em risco profissionais de saúde que podem ser perseguidos quando atuam para garantir acesso ao abortamento legal. É preciso destacar que a criminalização afeta principalmente mulheres, crianças e pessoas que gestam que são negras, pobres, moram distante dos centros urbanos, têm deficiência etc., pois elas acabam realizando procedimentos altamente inseguros ou de fato não conseguem interromper a gestação. São elas as mais denunciadas e punidas por aborto.

Todos os dias, em todos os lugares do mundo, desde que o tempo é tempo, as mulheres fazem aborto, seja em condições legais ou ilegais, seguras ou inseguras. Uma gravidez pode resultar em parto ou aborto, eles podem ser espontâneos ou provocados, ambos podem trazer muito sofrimento ou profundas alegrias. As condições de segurança e insegurança nas quais um parto ou aborto vai acontecer estão relacionadas às desigualdades de classe, raça e gênero e às condições democráticas dos países que garantem ou não o direito à saúde como direito universal e o acesso ao parto ou aborto como uma prática legal e assegurada pelos serviços públicos de saúde. No Brasil, todos os dias, mulheres, crianças e pessoas que gestam abortam uma gravidez indesejada ou vivenciam um aborto espontâneo. São nossas vizinhas, amigas, familiares, muitas inclusive têm uma religião. A proibição do aborto, portanto, não impede as pessoas de o praticarem, mas coloca essas pessoas na ilegalidade e clandestinidade.